



10º Encontro Internacional de Política Social 17º Encontro Nacional de Política Social

Tema: Democracia, participação popular e novas resistências
Vitória (ES, Brasil), 27 a 29 de agosto de 2024

Eixo: Análise, Avaliação e Financiamento das Políticas Públicas

Serviço Social e o trabalho frente ao uso e abuso de substâncias psicoativas na adolescência: reflexões a partir do projeto de intervenção

Ana Cláudia Aires de Sousa Silva¹
Fabrício Rodrigues da Silva²
Elizabeth Rodrigues Félix³

Resumo: problematizamos o uso e o abuso de substâncias psicoativas na adolescência a partir de uma perspectiva abrangente, que engloba questões culturais, econômicas, políticas e, sobretudo, de saúde. As análises são oriundas do projeto de intervenção “na linha de frente do combate ao uso e abuso de substâncias psicoativas na adolescência”, realizado no Estágio Supervisionado em Serviço Social, no Centro de Referência de Assistência Social de Orobó – PE, tendo como público-alvo os adolescentes de uma escola municipal. Apoiar-se em pesquisa de natureza bibliográfica e de abordagem qualitativa. A ação em questão demonstrou que existem estigmas entre os tipos de substâncias psicoativas por parte dos adolescentes, o que justifica ações de cunho pedagógico.

Palavras-chave: Adolescência. Serviço Social. Substâncias Psicoativas.

Social Work and work regarding the use and abuse of psychoactive substances in adolescence: reflections from the intervention project.

Abstract: We problematize the use and abuse of psychoactive substances in adolescence from a comprehensive perspective, which encompasses cultural, economic, political and, above all, health issues. The analyzes come from the intervention project “on the front line of combating the use and abuse of psychoactive substances in adolescence”, carried out in the Supervised Internship in Social Service, at the Social Assistance Reference Center of Orobó – PE, with the audience being targeting teenagers from a municipal school. It is based on bibliographical research and a qualitative approach. The action in question demonstrated that there are stigmas among the types of psychoactive substances among adolescents, which justifies pedagogical actions.

Keywords: Adolescence. Social service. Psychoactive Substances.

1 Atuação de políticas públicas na questão do uso e abuso das substâncias psicoativas (SPAs)

O uso indevido de Substâncias Psicoativas (SPAs) pode contribuir para o desenvolvimento de distúrbios mentais, problemas de saúde, problemas no convívio familiar, evasão escolar, acirramento das relações sociais, mudança de

¹Graduada em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). E-mail: cau.souza24@gmail.com

²Doutor em Serviço Social pelo Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Professor Adjunto do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). E-mail: fabricio.rodrigues@academico.ufpb.br

³Assistente Social da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária do Estado do Rio de Janeiro (SEAP-RJ). Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). E-mail: erodriguesfelix@gmail.com

comportamentos, dentre outros fatores, e por este motivo, há uma preocupação de teor público que envolve não somente os órgãos públicos, mas a sociedade civil de modo geral. E dentro desta conjuntura uma das formas de combater o consumo abusivo de SPAs, sobretudo, nos adolescentes, é por meio de estratégias e ações públicas, desenvolvidas no âmbito das políticas públicas, algo recente quando analisado na particularidade brasileira.

A atuação do governo brasileiro, por meio de políticas públicas em relação aos usuários de drogas é considerada recente, historicamente, após longo período de negligência, o governo passou a atuar sobre a questão das drogas através da criminalização, passando pela psiquiatrização, e chegando aos dias atuais com as políticas sobre drogas (Oliveira, 2019, p.2).

Neste âmbito, o Estado como agente central, tem o dever de promover ações pautadas na prevenção e conscientização do uso e abuso das SPAs, apesar de que, existem complexidades a serem observadas nesta atuação, uma vez que, o embate principal se aplica à questão da dependência do uso de SPAs ilícitas, quando as lícitas, amplamente comercializadas no mercado capitalista, tem provocado também efeitos negativos sobre a sociedade. Nesta direção, para as ilícitas, uma das formas adotadas de combatê-las inicialmente foi através do proibicionismo, da criminalização, não tendo surtido efeito, como ainda hoje não surte, já que, em tese, não impede que os adolescentes ou outros indivíduos tenham acesso a essas substâncias.

Substâncias lícitas, como álcool e tabaco são produzidas e comercializadas legalmente e, assim como a cocaína e o crack (substâncias ilícitas), causam dependência. Portanto, existe uma estigmatização em relação a esses dois grupos por parte da população, apesar de que o consumo de SPAs existe há muito tempo, sendo utilizadas de forma mais simples (artesanal) e na contemporaneidade são manipuladas em laboratórios, onde outros elementos são adicionados de modo a produzir uma substância mais potente com tendência a aumentar o tempo de duração dos seus efeitos.

Durante um longo período, a legislação brasileira baseou suas políticas públicas em ações de caráter higienista, com determinações invasivas em relação ao usuário de substâncias psicoativas, preconizando a utilização das interações compulsórias e tratamentos obrigatórios que resultavam na interdição dos direitos dos usuários (Lopes e Gonçalves, 2008, p.3).

Os mecanismos utilizados assumiam um papel higienista em detrimento da preservação da saúde e do bem-estar social, a exemplo, das primeiras formulações da Política de Redução de Danos (PRD), que tinha como finalidade a eliminação do uso de

substâncias psicoativas da sociedade. Todavia, ao pregar a promessa de uma sociedade livre de substâncias psicoativas, a PRD fazia a utilização de dispositivos, como, prisão, internamentos manicomiais, comunidades terapêuticas etc., dispositivos estes, que incidem e violam nos direitos dos usuários.

Ao longo do tempo, as políticas públicas nesta área foram sendo modificadas e reconstruídas, passando a ter um papel mais inovador de modo a suprir as demandas que surgem, diferentemente das estratégias aplicadas no método tradicionalista, implementando novos mecanismos e dispositivos no tratamento e cuidado com os usuários, atuando de forma humanizada e atendendo as necessidades dos sujeitos, sem violar os seus direitos humanos, através de medidas interventivas, como a prevenção, ações interventivas, assistência social, o que implica na redução de danos e fortalecimento da proteção social dos indivíduos, de seus familiares e comunidade. Como podemos observar,

Em vista disso, a criação da Política Nacional sobre Drogas em 2005, um marco legislativo no âmbito, seguido da Lei 11.343 de 2006, que institui o Sistema Nacional de Políticas Sobre Drogas (SISNAD); da Portaria 3088 de 2011, que institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas portadoras de transtornos mentais e usuários de álcool e outras drogas, na esfera da saúde pública; e mais recente, o CPV, programa “Crack, é possível vencer” de 2013 representou um significativo avanço com relação a resposta do Estado para essa questão, contudo, ainda persistem lacunas assistenciais motivadas pela falta de conhecimento científico e por interesses e jogos políticos de distintos setores (Bello, 2015 *apud* Oliveira, 2019, p.4).

Recuperado esta trajetória, foi construída a Política Nacional de Drogas em 2005, o Sistema Nacional de Políticas de Drogas em 2006, a Rede de Atenção Psicossocial em 2011 e o programa Crack, é possível vencer, em 2013. Devemos destacar ainda que, todos esses avanços, foram abalados nos anos recentes, sobretudo, na gestão do governo Bolsonaro (2019-2022), que não só aprofundou o desmonte das políticas públicas, o que inclui esta rede, mas também, se encarregou de aprofundar a luta conservadora de guerra as drogas, o que reflete, sobretudo, a escolha pela criminalização da pobreza.

Voltando para a forma como tal política atua sobre a questão das drogas, esta o desafio da criação de estratégias de enfrentamento da dependência, sob a lógica da redução de danos e conscientização. De acordo com Santos e Carrapato (2009, p.7) “a dependência acontece com a adaptação do organismo, a uma determinada substância psicoativa, assim o organismo acomoda-se, estabelecendo uma adaptação da

substância...”. Desse modo, a dependência resulta em um processo no qual o organismo se adapta aquela substância, e por este e outros motivos, é um dos fatores centrais e de grande repercussão no Brasil e no mundo. A criação de políticas antidrogas, bem como projetos, campanhas, programas, são estratégias executadas na luta e prevenção contra o uso e o abuso de SPAs, medidas estas, que tem surtido efeito, ao proporcionar aos usuários acesso a serviços socioassistenciais. Todavia, sua eliminação consiste em um desafio para toda sociedade civil, e não apenas dos usuários e seus familiares. Portanto, envolve a junção de todos os setores, quais sejam o Estado, família, sociedade civil, Educação, Saúde etc. E sob esta perspectiva, a criação de dispositivos, programas, projetos, campanhas, instituições, se tornam uma ferramenta crucial no enfrentamento ao uso e abuso de SPAs, como é o caso da criação da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS):

[...] A Portaria N.º 3.088 de dezembro de 2011, que institui a Rede de Atenção Psicossocial (Raps), inclui as ações de Redução de Danos entre suas estratégias, o que torna a responsabilidade pelas aplicações de suas ações não somente da comunidade e pessoas próximas, mas de todos os profissionais que compõe a Rede de Atenção Psicossocial (Lope e Gonçalves, 2008, p.8).

A RAPS foi instituída para indivíduos em estado de sofrimento ou problemas mentais em decorrência do uso de SPAs. A RAPS, além de propor medidas que visem a reabilitação e tratamento do usuário, incluem nesse processo, a família e a comunidade. A RAPS consiste na disponibilização de vários serviços de forma articulada, dispondo de ações que favorecem o cuidado integral dos usuários que apresentam algum transtorno mental ou problemas mentais decorrentes do consumo de SPAs. Nesta perspectiva, os adolescentes que se encontram dentro desse quadro, recebem toda a assistência, acolhimento e acompanhamento nos serviços nos quais terão acesso, assim como seus familiares e sua comunidade.

Na atenção psicossocial, o sujeito é percebido em sua existência para que ocorra o resgate da sua autonomia e de sua cidadania, além da efetivação de um cuidado em saúde relacionado à manutenção dos direitos humanos e de suas premissas ético-políticas que são fundamentais para nortear a produção do cuidado em saúde mental, álcool e outras drogas (Lope e Gonçalves, 2008, p.11).

Nesta perspectiva, o usuário passa por um atendimento integral, com procedimentos de acompanhamento social, psicológico, médico, terapêutico, cujas medidas tomadas não o estigmatizam e não violam seus direitos humanos. Uma das

estratégias, é resgatar a autonomia e a cidadania desses sujeitos, com a finalidade de promover a inserção dos usuários novamente na sociedade. Dentre os serviços que são ofertados pela Rede de Atenção Psicossocial aos usuários de substâncias psicoativas, estão os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS).

Os CAPS propõem uma nova roupagem acima do método tradicionalista no cuidado com os usuários, com serviços que incluem um espaço na comunidade e no território, promovendo a ampliação dos cuidados para com os familiares dos usuários. Existem vários tipos de CAPS que ofertam serviços variados de acordo com as especificidades e necessidades dos indivíduos.

Entre os tipos de CAPS, os destinados ao atendimento a usuários de SPA são conhecidos como CAPS Álcool e drogas (CAPS ad). Esses vêm assumindo lugar estratégico na organização da rede comunitária, a partir da criação da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), instituída pela Portaria do Ministério da Saúde N.º 3088 de 23 de dezembro de 2011 (Paim *et al*, 2017, p.2).

Os CAPS AD são equipamentos criados com o intuito de proporcionar um tratamento adequado a quem se encontra em estado de sofrimento devido ao uso de SPAs e com transtornos mentais. O CAPS AD, perante as ideias baseadas na reforma psiquiátrica, é designado como um serviço público, voltada para a atenção diária, visando o tratamento com usuários, incluindo os adolescentes, um grupo bastante vulnerável e afetado no que se refere ao consumo das SPAs, prestando serviços que, não só incluem os usuários, mas também seus familiares e comunidade (Larcedas e Rojas, 2017). O serviço objetiva fortalecer os laços sociais do usuário e integrá-lo ao território em que vive, além de prestar atendimentos médico e psicológico (Moreira e Santos, 2016, p. 10).

Nos CAPS, os usuários possuem atendimento diário, planejado, sistematizado, humanizado, são acolhidos e acompanhados por profissionais, tais como, psicólogos, assistentes sociais, técnicos de enfermagem, dentre outros, ou seja, uma equipe multidisciplinar que vai trabalhar em conjunto, objetivando a evolução do tratamento do usuário, onde a internação, será um recurso utilizado em situação de grande necessidade, quando as intervenções anteriores não tenham surtido o efeito esperado.

Segundo Moreira e Santos (2019) a internação psiquiátrica, pode ser classificada em voluntária, involuntária e compulsória. Na internação voluntária, o usuário aceita a internação por livre vontade, com o objetivo de se tratar e reduzir a presença de SPAs no seu organismo, em caso de dependência, sendo garantido o direito

de escolha da suspensão da internação. Já na internação involuntária, ocorre sem a permissão do usuário, sendo aplicada nos casos que se trata de ato infracional, casos de indicação médica e, em casos em que a usuário, incluindo os adolescentes, não tem mais controle sobre seus atos, considerando também a dificuldade da própria família no trato desta situação. A internação compulsória é instituída por determinação judicial e não depende de autorização da família ou responsável pelo usuário.

Porém, nem sempre os usuários recebem um tratamento de qualidade devido a ausência de recursos financeiros, de profissionais capacitados, além da falta de espaços adequados, da precarização das condições de trabalho, dentre outros fatores que acabam por incidir de forma negativa na reabilitação e recuperação dos adolescentes.

Apesar destas dificuldades enfrentadas, outros esforços foram sendo feitos na intenção de garantir o atendimento a este público, como a criação do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas, o SISNAD.

Em 2006, foi aprovada a Lei n. 11.343/2006 que instituiu o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (SISNAD) e prescreveu medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas, em consonância com a política sobre drogas vigente. Esta lei tentou reunir os dois instrumentos normativos anteriores: as Leis 6.368/1976 e 10.409/2002, revogando-os a partir de sua edição, com o reconhecimento de diferenças entre as figuras do traficante e a do usuário/dependente, os quais passaram a ser tratados de modo diferenciado e a ocupar capítulos diferentes da lei (Brasil, 2006, p.1).

O SISNAD consiste em um sistema que adota medidas de cunho preventivo, propiciando ao usuário acessibilidade ao tratamento, com a atenção direcionada para inseri-los no convívio social, além de apresentar como órgão superior o Conselho Nacional de Políticas Sobre Drogas (CONAD). O CONAD tem papel fundamental nas orientações acerca da Política Nacional sobre Drogas, e por apresentar um papel central neste contexto, além de promover orientações vai também atuar no monitoramento e execução do Plano Nacional de Drogas, o que “[...] envolve diversos atores na esfera federal, estadual e municipal por atuar de forma transversal entre as políticas públicas dos órgãos (Brasil, 2006, p.1).

Desta forma, o SISNAD é fruto da ação de órgãos, a exemplo, do Ministério da Saúde, Ministério da Defesa Civil, Ministério da Justiça, Ministério da Cidadania, Sistema Único de Saúde, Sistema Único de Assistencial Social, dentre outros, que se articulam e planejam as melhores formas de combater o consumo e o abuso de

substâncias psicoativas e como cuidar dos sujeitos afetados por ela. Dentre as articulações, estão questões como prevenção, financiamento⁴, reintegração social, promoção da saúde, gestão, controle e conscientização.

A Política Nacional sobre Drogas (PNAD), definida pelo Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas (CONAD), prevê em Brasil (2008), a responsabilidade compartilhada entre União, Estados, Municípios e sociedade. Sendo que a União tem por dever, por meio do SISNAD, articular, interagir, organizar e coordenar as políticas de prevenção, atenção, tratamento e reinserção social dos usuários e dependentes de substâncias psicoativas. Estados e Municípios são os executores dessas políticas. (Moreira e Santos, 2019, p.19).

A PNAD apresenta um papel importante na luta contra o consumo abusivo de substâncias psicoativas, objetivando a conscientização da população, além de proteção social, proteção a saúde, proteção econômica, acesso a serviços assistenciais, incentivo a pesquisa que ajudem no conhecimento e combate as substâncias, bem como, no cuidado com os usuários. Outra política pública, é o Plano integrado de enfrentamento ao crack e outras Drogas, instituído sob o Decreto N. 7.179, em 20 de maio de 2010, e alterado em dezembro de 2011, pelo decreto, N. 7.637.

§ 2o O Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas têm como fundamento a integração e a articulação permanente entre as políticas e ações de saúde, assistência social, segurança pública, educação, desporto, cultura, direitos humanos, juventude, entre outras, em consonância com os pressupostos, diretrizes e objetivos da Política Nacional sobre Drogas (BRASIL, 2010, p.1).

O Plano integrado de enfrentamento ao crack e outras Drogas é composto por vários campos estratégicos, incluindo a saúde, educação, assistencial social, cultura, segurança pública etc. e tem como base, propiciar aos usuários, sejam adolescentes, adultos, ou outros grupos, a ampliação do cuidado, da prevenção, a oferta de tratamento, além de ações que promovam o enfrentamento a comercialização e tráfico de substâncias psicoativas.

⁴ Sobre o Financiamento, importante destacar a existência do Fundo Nacional antidrogas (FUNAD), que “[...] é gerido pela secretária nacional de políticas sobre drogas (SENAD) e os seus recursos são constituídos de dotações específicas estabelecidas no orçamento da união, de doações, de recursos de qualquer bem de valor econômico, apreendido em decorrência do tráfico de drogas de abuso ou utilizado em atividades ilícitas de produção ou comercialização de drogas, após decisão judicial ou administrativa tomada em caráter definitivo (Moreira e Santos, 2019, p. 20). Os recursos do FUNAD são gastos com ações preventivas, capacitações, pesquisas, campanhas, demandas, projetos, tratamento relacionados as substâncias psicoativas, e para outros fins.

As iniciativas preventivas em questão, tem o objetivo de estimular a população por meio de campanhas e projetos, e atividades assistenciais e socioeducativas atingindo a todo tipo de público, dando destaque principalmente aos adolescentes, no qual, neste cenário, o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) é um órgão presente no setor territorial da comunidade, que atua sob este mecanismo, na prevenção, ofertando serviços, como o Serviço de Convivência de Fortalecimento de Vínculos (SCFV) e o Serviço de Proteção e Atendimento a Família (PAIF), que em conjunto com o Centro de Referência Especializada da Assistência Social (CREAS) tem dentre suas aptidões, identificar possíveis casos, realizar encaminhamentos, abordagens educativas, orientação e apoio familiar, etc.

É neste sentido que também compete a proteção social básica, ofertado pelo CRAS, atuar na prevenção e conscientização do uso de SPAs o que significa que esta competência também se coloca como demanda profissional para o/a Assistente Social, enquanto um dos mais importantes técnicos que compõem a equipe do CRAS. A partir disso, o item a seguir relata a experiência da execução de projeto de intervenção na área do Serviço Social, o que nos possibilita tecer algumas análises e reflexões do processo de intervenção profissional no equipamento de proteção social básica da Assistência Social e do trabalho em rede na esfera da educação básica, cuja parceria é importante no que se refere ao trabalho de conscientização do uso e abuso das SPAs entre os adolescentes.

2 Relato de experiência e comentários críticos acerca do projeto de intervenção “na linha de frente do combate ao uso e abuso de substâncias psicoativas na adolescência”

O elevado aumento do uso e abuso de substâncias psicoativas configura uma problematização social de grande magnitude a partir do capitalismo, por ser tornarem as SPAs também uma mercadoria lucrativa ao capital e, ao ser externalizada no meio social como caso público e político, se torna uma expressão da “questão social”. Neste sentido, ela consiste em uma problematização de grande repercussão e, enfrentá-la, é um desafio que se coloca também para o Serviço Social, fato que justificou a formulação e execução do projeto de intervenção intitulado de “Na linha de frente do combate ao uso e abuso de substâncias psicoativas na adolescência”, aqui relatado.

O projeto de intervenção em questão foi desenvolvido no âmbito do Estágio Supervisionado em Serviço Social II e III, tendo sido o estágio realizado no Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), do município de Orobó-PE. No entanto, a execução do projeto de intervenção se deu em parceria com a Escola Municipal Sebastião Gomes da Silva, do mesmo município, portanto, todas as atividades foram desenvolvidas nesta escola, cujo público-alvo principal foram os adolescentes regularmente matriculados e que estavam frequentando a escola no período da realização do projeto em questão, qual seja, entre 26 de julho a 31 de agosto de 2022.

Sobre o público-alvo, são estudantes que residem na zona rural, pertencem a famílias carentes e que são beneficiárias, na época, do auxílio Renda Brasil, além de algumas famílias que trabalham em atividades do campo. Quanto as questões étnico-raciais, em sua maioria são negros.

A escolha pela escola se justificou pela concentração de adolescentes, já que ela é um equipamento de educação básica, ofertando o ensino fundamental. Portanto, visando atingir o maior número de participantes possível, estabeleceu-se esta parceria institucional, o que evidência, desde já, a importância da intersectorialidade e do estreitamento entre as instituições que compõem a rede de proteção social de crianças e adolescentes, o que contribuiu na efetivação das ações desenvolvidas, neste caso, relacionadas a conscientização e enfrentamento do uso e abuso de SPAs por adolescentes. A partir disso, o projeto de intervenção foi executado em três etapas, conforme segue detalhamento, análises, reflexões e comentários críticos.

Na primeira etapa, foi realizado a aplicação de um questionário com a finalidade de diagnosticar o possível uso de alguma SPA pelos adolescentes participantes do projeto de intervenção. Ao todo, participaram desta etapa, 32 adolescentes, com faixa etária entre 13 a 15 anos. A partir dos dados coletados, o álcool se apresentou como a substância psicoativa mais frequente no que se refere ao uso pelos adolescentes. Além disso, 90% dos adolescentes desconheciam o termo “substâncias psicoativas” e ainda não tinham conhecimento satisfatório acerca das problemáticas causadas pelo consumo abusivo dessas substâncias, fato que mudou, quando destacado que, na linguagem comum, tal termo se refere ao que se acostumou designar de “drogas”. A partir disso, a maioria destacou que já possuía algum

conhecimento prévio. Ainda conforme os dados, cerca de 45% dos adolescentes apontaram nunca ter usado substâncias psicoativas e 55% já tiveram contato.

Cerca de 37,5% dos participantes apontaram não conhecer os efeitos provocados pelas substâncias psicoativas no organismo e 62,5% citaram alguma consequência do uso das substâncias, inclusive, fazendo a associação, como por exemplo, problemas decorrentes do uso de tabaco. Cerca de 15% dos participantes responderam que uma forma de evitar o uso de substâncias é não comprando, 43,7% responderam que um meio de evitar seria não se influenciar por outras pessoas quanto ao uso, e 41,3% apontaram não saber como evitar o uso dessas substâncias. Ainda, 45% não sabem que órgãos públicos procurar em caso de eventuais problemas decorrentes do uso e abuso de substâncias psicoativas e, em contrapartida, 55% citaram instituições como o CRAS, CREAS, Conselho Tutelar, Delegacia.

No que se refere a procura por ajuda, é importante destacar que os dados são expressivos quando indicam uma tendência de que muitos dos adolescentes não procuram atendimento por medo de ser repreendido e culpabilizados por ser um usuário de SPAs ilícita. Sob está lógica, este tipo de substância. é a que mais tem sido discutida em todos os setores (econômicos, sociais, saúde, educação, cultura etc.), embora as substâncias lícitas também tenham provocado problemas sociais de grande repercussão, tais como, acidentes no trânsito, furtos, roubos, abandono familiar, tráfico de drogas, evasão escolar, gravidez indesejada etc. Segundo Oliveira (2019) no que se refere aos psicoativos, muitos são os desafios postos ao Serviço Social, tais como, o proibicionismo, a criminalização, assim como, características estruturadas e herdadas do sistema manicomial, com as internações, a exemplo, as internações compulsórias.

A aplicação do questionário foi de suma importância na execução do projeto, pois a partir dele, foi possível conhecer a realidade dos adolescentes da escola em questão, identificando casos de uso e abuso de substâncias psicoativas, bem como, na tentativa também de identificar a motivação que os levou ao consumo. Dessa maneira, fica evidente a importância de se realizar diagnósticos com o público assistido pelos serviços executados no âmbito do exercício profissional, pois ele possibilita um melhor planejamento e direção das ações desenvolvidas.

Na segunda etapa, foi realizada uma palestra sobre a temática abordada no projeto de extensão, qual seja, a conscientização e a prevenção do uso e abuso de substâncias psicoativas na adolescência. Esta etapa contou com a participação da Assistente Social técnica do CRAS, a qual realizou uma primeira abordagem de forma lúdica com os adolescentes. Após a introdução, a discente estagiária deu continuidade a palestra, com utilização do recurso de apresentação de slides, tendo sido feita a exposição do material através do aparelho de TV, devido a ausência do Data Show na escola. No decorrer da apresentação, houve participação dos adolescentes, que trouxeram indagações e informações durante a discussão. E, mesmo apesar de não partir de experiências individuais dos próprios adolescentes, eles conseguiram fazer a associação, devido já ter ouvido falar ou conhecer pessoas que fazem o uso de substâncias psicoativas, sendo as mais comuns, dentre as citadas durante as discussões, o álcool e o tabaco. Para finalização desta etapa, foram entregues materiais, canetas, lápis, cartolinas, tesouras, imagens etc. para que os adolescentes produzissem cartazes com base nas informações que eles obtiveram com a palestra e o debate.

A atividade foi exitosa, pois possibilitou a ampliação do conhecimento prévio dos adolescentes acerca da temática, além de ter promovido um espaço de reflexão e solução de dúvidas entre os alunos, a partir dos relatos e das associações feitas pelos mesmos a casos de pessoas próximas, dentro do cotidiano deles. Desse modo, por meio das abordagens realizadas nesta etapa, nota-se que a atuação do/a Assistente Social dentro de temáticas como esta, é de grande relevância, visto que o uso e o consumo de substâncias psicoativas não é algo da contemporaneidade, sua prática vem desde os primórdios, e pela gravidade e consequências que o uso abusivo ocasiona, essa prática abrange um olhar a mais do que se relaciona apenas a aspectos de saúde, uma vez que impacta na sociedade de modo geral, se tornando uma “expressão da questão social” e, portanto, uma demanda para o Serviço Social.

E nesta perspectiva, como forma de enfrentar as expressões da questão social, o Serviço Social, enquanto profissão, se inscreve como o veículo, que por meios de sua intervenção profissional propicia aos adolescentes a viabilização de seus direitos previstos na Constituição Federal de 1988, bem como, os estabelecidas no Estatuto da criança e do Adolescente (ECA), acessando às políticas públicas, na questão aqui problematizada, as políticas específicas para enfrentar as consequências decorrentes do

uso e abuso das SPAs, além de outras expressões da “questão social” que se materializam na vida destes adolescentes, que somadas, conformam uma realidade difícil de vulnerabilidade social, comprometendo o desenvolvimento físico, psicológico, social, político e cultural. O enfrentamento do uso e abuso das SPAs requer um trabalho contínuo e a inserção dos adolescentes usuários na rede de atendimento.

Por meio desta etapa foi possível transmitir informações e dá suporte aos adolescentes, ao abordar não apenas sobre a temática, mais também, informar e orientar acerca dos instrumentos de proteção social, a exemplo, o CRAS, o CREAS etc. e de seus direitos previstos tanto pelo Estatuto da Criança e do Adolescente como pela Constituição Federal de 1988, o que evidencia a importância e a fundamental missão do Serviço Social de garantir o direito a informação, além de instruir os usuários de como acessar serviços e benefícios, que são direitos garantidos legalmente.

Por fim, na terceira e última etapa, foram entregues panfletos, nos quais continham informações precisas sobre o que são as substâncias psicoativas, quais os tipos, consequências do uso e abuso do consumo, serviços de proteção social, dentre outras informações, para incrementar ainda mais o conhecimento acerca do tema trabalhado na etapa anterior. Com isso, destaca-se a importância também de buscar outras formas de comunicação junto ao público assistido, sendo o uso de recursos materiais com informações bem formuladas, um ganho no processo de conscientização e educação dos adolescentes, o que requer criatividade e domínio de conteúdo do/a Assistente Social na formulação de tais materiais.

Considerando a fragilidade e a vulnerabilidade social que recai sobre grande parte da população assistida pelos equipamentos da Assistência Social e da rede pública de educação, o projeto de extensão demonstrou-se importante, pois a partir das ações educativas, dos debates, da troca de informações, foi proporcionado aos adolescentes informações importantes e relativas aos instrumentos de proteção social, além de enfatizar seus direitos sociais, e as instituições envolvidas com o objetivo de viabilizar esses direitos, e de combate à violação dos mesmos, nos quais, puderam compreender o seu papel na sociedade e como as substâncias psicoativas podem interferir na sua construção social.

Através de ações educativas, o projeto promoveu a conscientização, na perspectiva preventiva, com a finalidade de proteger os adolescentes, mediante a vulnerabilidade os quais se encontram, uma vez que a adolescência traz consigo, manifestações típicas dessa fase. Ao término do projeto, constatou-se que os adolescentes absorveram as informações, e com isso, os resultados a priori foram positivos, sendo uma proposta que pode ter continuidade pela instituição, uma vez que trabalhar a temática, o uso de substâncias psicoativas na adolescência, requer um processo contínuo e intersetorial, através de atendimentos nos equipamentos, como CAPSad, CRAS, CREAS, Escolas, dentre outros, que objetivam a prevenção e o tratamento dos adolescentes usuários de SPAs, de modo a proporcionar ao adolescente um crescimento saudável e evitar a ocorrência e/ou acirramento dos problemas sociais.

O projeto de intervenção possibilitou momentos de grandes aprendizagens, bem como, afirmou a importância do papel do Assistente Social nesta temática. Existem muitos desafios para este profissional nesta área, desafios que requereram uma atuação crítica e propositiva, pautada em muito conhecimento e estudo da realidade social.

O profissional de Serviço Social no desenvolvimento de suas atribuições e competências, frente ao trabalho de prevenção e redução de danos das SPAs, deve se posicionar de forma ética e coerente, respeitando o código de ética que rege a profissão e que se estrutura a partir da liberdade, criando estratégias eficazes na prestação de serviços aos usuários, tratando o adolescente de forma humanizada, desconstruindo estigmas, rótulos e preconceitos, propondo ações que fortaleçam a proteção social e que visem a melhoria da qualidade de vida dos sujeitos, através da identificação de supostos usuários, encaminhamentos a serviços, acompanhamentos dos usuários e dos familiares, visitas domiciliares, etc.

A prevenção ainda exerce uma função desencadeadora no agir profissional do assistente social, que norteado por um código de ética, é um executor de políticas públicas, voltado para a qualidade de vida de seus usuários, e amparado pela Lei, busca respaldo na garantia de efetivação de direitos sociais. Entendendo ser de direito a liberdade do indivíduo, que tanto a droga rompe, quando o usuário se encontra dependente, pois esta doença traz consequências biológicas, psicológicas e sociais, intervindo diretamente num direito fundamentalmente humano (Santos e Carrapato, 2009, p.10).

E sob esta perspectiva, o/a Assistente Social deve estar sempre se renovando no sentido de criar, e recriar novos instrumentos de trabalho para que as respostas dadas ao enfrentamento da questão social tenham fundamentos e efetividade, o que requer uma formação continuada. Dito isto, o estágio supervisionado, bem como, a elaboração e execução do projeto de intervenção, são importantes na construção da formação profissional, onde esta, deve absorver os conhecimentos, como também, desenvolver a capacidade de criar estratégias eficazes na transformação da realidade social dos sujeitos.

3 Conclusão

A elaboração e execução do projeto de intervenção é um aporte no processo de construção e formação do profissional em Serviço Social por proporcionar uma aproximação com o contexto e realidade social dos sujeitos. Com o projeto, os adolescentes tiveram acesso a informações relevantes sobre o uso e abuso das SPAs e seus agravantes. Além de que, o projeto proporcionou um debate, com a socialização de forma significativa, sem estigmatização de quem é usuário ou não, dentro de uma perspectiva de cunho preventivo e de conscientização, cujos resultados foram positivos.

O relato em questão, permitiu a ampliação do conhecimento, favorecendo a reflexão crítica acerca dos problemas sociais que incidem no cotidiano dos grupos sociais, dentre eles, os adolescentes, e como as substâncias psicoativas estão intrincadas dentro da sociedade, fazendo parte do consumo diário, seja um simples café ou inalação de alguma SPAs. O acesso a essas substâncias, mesmo com as proibições e restrições, é viável para os adolescentes devido a negligência da própria sociedade capitalista, que está mais preocupada com a lucratividade e venda desse produto, do que com os danos causados nos usuários. E portanto, quando a situação foge do controle que é proposto a incrementação de políticas públicas e ações interventivas com a finalidade de conter ou corrigir os agravos provenientes do uso e abuso de SPAs principalmente entre os adolescentes. A prevenção e conscientização, além de proporcionar aos adolescentes o acesso a políticas públicas, são estratégias importantes no enfrentamento das SPAs, e o Serviço Social é uma ferramenta capaz de traçar, criar e recriar intervenções junto aos usuários, seus familiares e comunidade, viabilizando o acesso as políticas, programas, projetos, atuando no enfrentamento dessa expressão e de outras da “questão social”,

pensando sempre na transformação da realidade do usuário.

Referências

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Política Nacional de Drogas**. 2006. Disponível em: <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/sua-protecao/politicas-sobre-drogas/a-politica-nacional-sobre-drogas>. Acesso em 28 mai. 2024.

LACERDA, C. B.; ROJAS, M. F. **Significados e sentidos atribuídos ao Centro de Atenção Psicossocial Álcool e outras Drogas (CAPS AD) por seus usuários: um estudo de caso**. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-57622016.0060>. Acesso em 28 mai. 2024.

LOPES, H. P.; GONÇALVES, A. M. **A política nacional de redução de danos: do paradigma da abstinência às ações de liberdade**. Disponível em: <file:///C:/Users/ESCOLA%2001/Downloads/2858-9621-1-SM.pdf>. Acesso em 28 mai. 2024.

MOREIRA, C. A. M; SANTOS, S. M. S. **Políticas públicas para os usuários de substâncias psicoativas**. Disponível em: <https://repositorio.unilab.edu.br/jspui/bitstream/123456789/437/1/Claudia%20Albuquerque%20Mangueira%20Morerira.pdf>>. Acesso em 28 mai. 2024.

OLIVEIRA, P. S. As drogas e serviço social: a complexidade da atuação profissional entre o proibicionismo e a garantia de direitos. **16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**. Tema: 40 anos da “Virada” do Serviço Social” Brasília: out. 2019.

PAIM, B. R.; PORTA, D. D.; SARZI, D. M.; CARDINAL, M. F.; SIQUEIRA, D. F.; MELLJP, A. L.; TERRA, M. G. **Atendimento ao adolescente usuário de substâncias psicoativas: papel do centro de atenção Psicossocial**. UFSM. 2017. Disponível: <https://www.redalyc.org/journal/4836/483654742011/>. Acesso em 28 mai. 2024.

SANTOS, T. C.; CARRAPATO, J. L. **As consequências do uso de substância psicoativas no aspecto biopsicossocial**. Disponível: <http://intertemas.toledoprudente.edu.br/index.php/ETIC/article/viewFile/2196/2355>. Acesso em 28 mai. 2024.